## DECRETONº 111 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Regulamenta a Lei Municipal nº 1.704 de 08 de setembro de 2010 que dispõe sobre a proibição de comercialização e uso de cerol ou de qualquer outro material cortante em linhas ou fios usados para empinar pipas e dá outras providencias".

O Prefeito do Município de Barra do Piraí, no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando** a Lei Municipal nº: 1.704 de 08 de setembro de 2010 que sobre a proibição de comercialização e uso de cerol ou de qualquer outro material cortante em linhas ou fios usados para empinar pipas;

**Considerando** a Lei Estadual nº 2.111 de 28 de abril de 1993 que igualmente proíbe o uso de cerol e disciplina a apreensão e incineração de pipas e linhas de cerol;

Considerando a notório risco da utilização de cerol ou qualquer material cortante para a prática de empinar pipas,

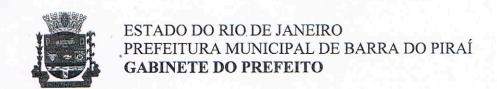
## DECRETA:

**Art. 1º** - Ficam proibidos no Município de Barra do Piraí a produção, a comercialização, a armazenamento, o transporte, a distribuição e o uso de cerol ou de quaisquer materiais cortantes usados para empinar pipas.

Parágrafo único - Entende-se por cerol o produto originário da mistura de cola, ou derivados, e vidro moído ou limalha de ferro, ou, ainda, qualquer material cortante.

- Art. 2º Compete a Guarda Civil Municipal fiscalizar a utilização indevida de cerol, cabendo a imediata apreensão do cerol e das linhas, cordões e rabiolas que apresentem características cortantes em decorrência da utilização de cerol.
- § 1º A apreensão se dará por meio de termo sumário em que constará o local e as condições em que os objetos foram encontrados, a quantidade e espécie, bem como a qualificação do seu possuidor e a do seu responsável legal quando for o caso.
- § 2º O proprietário do material apreendido poderá requerer sua restituição, demonstrando não se tratar dos materiais proibidos para esse Decreto, no prazo de 10 dias contados da apreensão, que será apreciado e decidido pelo Subcomandante da Guarda Municipal em igual prazo.
- § 3º Não apresentado o requerimento de que trata o parágrafo antecedente ou no caso de indeferimento, os materiais serão incinerados na forma em que determina o parágrafo único do artigo 1º da Lei Estadual nº: 2.111 de 28 de abril de 1993.

Travessa Assumpção nº 69 – Centro – Barra do Piraí – R. CEP: 27.123-080 te; (24) 2443-1622



- Art. 3º Além da apreensão e perda dos materiais, os infratores estarão sujeitos ao pagamento de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais), aplicada em dobro em caso de reincidência.
- § 1 º Quando o infrator for menor de 18 (dezoito) anos, ou por qualquer outro motivo civilmente incapaz, a multa será aplicada ao responsável legal que também será advertido por escrito dos riscos da utilização do cerol.
- Art. 4º No caso de infração cometida por pessoa jurídica, sem prejuízo das sanções antecedentes e no caso de segunda reincidência, o infrator estará sujeito a cassação do Alvará de Funcionamento e interdição do estabelecimento.
- Art. 5° Na aplicação das sanções de que trata este Decreto observará no que couber o disposto no Capitulo XV DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISAO da Lei Complementar Municipal n°: 001 de 22 de março de 2010.
- Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIO REIS EXTEVES Prefeito Municipal